



**ESCRITURA PARTICULAR DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO
PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, NOS TERMOS DA
INSTRUÇÃO CVM Nº 476/09, DA EMPRESA BRASILEIRA DE BEBIDAS E
ALIMENTOS S.A.**

entre

EMPRESA BRASILEIRA DE BEBIDAS E ALIMENTOS S.A.,
como Emissora,

e

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
*representando a comunhão dos titulares das debêntures objeto da presente
emissão*

e, como intervenientes anuentes

ROMILDO TAVARES DE MELO,

MARCOS TAVARES COSTA CARVALHO E

EDUARDO MOREIRA TAVARES DE MELO

com a outorga conjugal de sua esposa

LAIS SABOYA LOPES TAVARES DE MELO

Datada de

4 de agosto de 2014

ESCRITURA PARTICULAR DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM Nº 476/09, DA EMPRESA BRASILEIRA DE BEBIDAS E ALIMENTOS S.A.

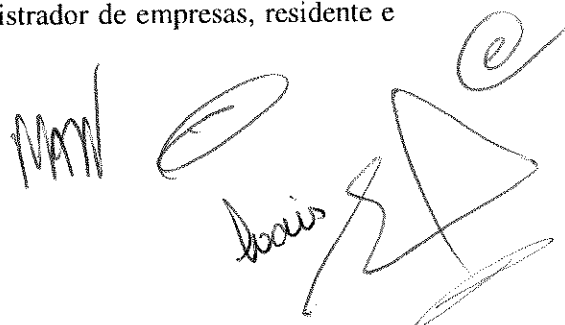
Por este instrumento, as partes abaixo qualificadas:

EMPRESA BRASILEIRA DE BEBIDAS E ALIMENTOS S.A., companhia fechada com sede na Av. Cônsul Joseph Noujaim, nº 40, Pina, na Cidade do Recife, Estado de Pernambuco, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob nº 07.604.556/0001-36 e com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado de Pernambuco ("**JUCEPE**") sob o NIRE nº 26300009994, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social e doravante denominada simplesmente "**Emissora**"; e

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 500, bloco 13, sala 205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social, nomeada neste instrumento, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("**Lei nº 6.404/76**"), para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos Debenturistas da presente emissão e doravante denominado simplesmente "**Agente Fiduciário**";

com a interveniência e anuência de

Sr. **ROMILDO TAVARES DE MELO**, brasileiro, solteiro, engenheiro elétrico, residente e domiciliado na Avenida Boa Viagem, 2.820, apto. 301, na Cidade do Recife, Estado de Pernambuco, portador da cédula de identidade RG nº 487.222 – SSP/PE e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("**CPF/MF**") sob o nº.001.764.784-34; Sr. **MARCOS TAVARES COSTA CARVALHO**, brasileiro, casado sob regime de separação total de bens, administrador de empresas, residente e domiciliado na Avenida Dezessete de Agosto, 976, apto. 1801, na Cidade do Recife, Estado de Pernambuco, portador da cédula de identidade RG nº 1.621.017 – SSP/PE e inscrito no CPF/MF sob o nº 399.927.214-72; e Sr. **EDUARDO MOREIRA TAVARES DE MELO**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, médico e administrador de empresas, residente e

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page. There are three distinct signatures: one that appears to be 'MAN', another that is more stylized and possibly 'João', and a third that is a large, bold signature. There are also some initials and a circled 'e'.



domiciliado na Avenida Boa Viagem, 2.454, apto. 401, na Cidade do Recife, Estado de Pernambuco, portador da cédula de identidade RG nº 1.337.839 – SSP/PE e inscrito no CPF/MF sob o nº 165.257.874-91, com a outorga de sua cónjuge, Sra. **LAIS SABOYA LOPES TAVARES DE MELO**, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, médica, residente e domiciliada na Avenida Boa Viagem, 2.454, apto. 401, na Cidade do Recife, Estado de Pernambuco, portadora da cédula de identidade RG nº 1.400.665 – SSP/PE e inscrita no CPF/MF sob o nº 279.917.504-00, doravante denominados simplesmente “Fiadores”;

celebram a presente “Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, nos Termos da Instrução CVM nº 476/09, da Empresa Brasileira de Bebidas e Alimentos S.A.”, doravante denominada simplesmente “Escritura”, nos termos e condições abaixo.

1. AUTORIZAÇÃO

1.1 A presente Escritura é firmada com base na autorização deliberada em Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 4 de agosto de 2014 (“AGE”).

2. DOS REQUISITOS

2.1 A Emissão, conforme definida abaixo, será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1.1 Arquivamento e Publicação da Deliberação Societária

2.1.1.1 A ata da AGE será devidamente arquivada na JUCEPE e publicada no Diário Oficial do Estado de Pernambuco e no jornal “Diário de Pernambuco”, em atendimento ao disposto no inciso I do artigo 62 da Lei nº 6.404/76. Sem prejuízo do disposto no item 7.3., alínea (v), desta Escritura, vias originais desta Escritura e de eventuais aditamentos devidamente arquivadas na JUCEPE deverão ser enviadas ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) dias contados a partir do respectivo registro na JUCEPE.

2.1.2 Inscrição da Escritura

3

LAIS

8

4



2.1.2.1 Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser inscritos na JUCEPE, conforme disposto do artigo 62, II, da Lei nº 6.404/76.

2.1.3 Dispensa de Registro na CVM

2.1.3.1 A Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM nº 476/09"), por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição.

2.1.4 Registro na ANBIMA

2.1.4.1 A Emissão será registrada na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA ("ANBIMA") exclusivamente para fins de envio de informações para a base de dados da ANBIMA, conforme disposto no artigo 1º, §2º do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários ("Código ANBIMA"), não sendo aplicáveis à Emissão as disposições constantes no Código ANBIMA, exceto aquelas previstas em seu Capítulo V, desde que expedidas as diretrizes específicas do Conselho de Regulação e Melhores Práticas até a data de envio à CVM da comunicação de encerramento da Oferta Restrita.

2.1.5 Registro em Cartório de Títulos e Documentos

2.1.5.1 A presente Escritura em função da garantia fidejussória prestada, será registrada nos cartórios de registro de títulos e documentos das Cidades de Recife, Estado de Pernambuco, e do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na forma prevista na Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, em até 20 (vinte) dias corridos contados da assinatura desta Escritura. No prazo de 5 (cinco) dias úteis após tal registro, a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário uma via original devidamente registrada.

2.1.6 Registro em Mercados Regulamentados

2.1.6.1 As Debêntures (conforme definido abaixo) deverão ser registradas para distribuição no mercado primário através do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), e para negociação no mercado secundário através do CETIP21 – Títulos e



Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição e as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1 Objeto Social da Emissora

3.1.1 A Emissora tem por objeto a industrialização e comercialização de sucos e demais produtos de frutas, a industrialização e a comercialização de bebidas, repositores hidroeletrólitos (isotônicos), chás, bebidas alimentícias, bebidas à base de soja, bebidas vitaminadas, inclusive dietéticas, produtos alimentícios em geral e a importação e exportação de insumos e produtos inerentes a sua atividade social, a prestação de serviços de industrialização e/ou envasamento de produtos anteriormente citados para terceiros, bem como o armazenamento de produtos para si e para terceiros, inclusive câmaras frigoríficas, podendo participar de outras sociedades, congêneres ou não.

3.2 Número da Emissão

3.2.1 Esta é a 2ª (segunda) emissão de debêntures da Emissora, para distribuição pública com esforços restritos de colocação (“Emissão”).

3.3 Número de Séries

3.3.1 A Emissão será realizada em série única.

3.4 Montante da Emissão

3.4.1 O montante total da Emissão será de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão, conforme definido abaixo.

3.5 Quantidade de Debêntures

3.5.1 Serão emitidas 50 (cinquenta) debêntures (“Debêntures”).

3.6 Escriturador Mandatário e Banco Liquidante

5



3.6.1 O Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário serão, respectivamente, o Itaú Unibanco S.A., sociedade com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 (“Banco Liquidante”) e a Itaú Corretora de Valores S.A., sociedade com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 3º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 (“Escriturador Mandatário”).

3.7 Destinação dos Recursos

3.7.1 Os recursos obtidos com a Emissão serão utilizados para alongar o passivo de curto prazo da Emissora.

3.8 Colocação e Procedimento de Distribuição

3.8.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob regime de garantia firme para a totalidade das Debêntures (“Oferta Restrita”), sendo que as Debêntures serão distribuídas por instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários (“Coordenador Líder”), observado o quanto estabelecido no artigo 3º da Instrução CVM nº 476/09, bem como os termos e condições do “Instrumento Particular de Colocação com Esforços Restritos de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografia, com Garantias Fidejussória e Real Adicional, da 2ª Emissão da Empresa Brasileira de Bebidas e Alimentos S.A.”, celebrado entre o Coordenador Líder e a Emissora (“Contrato de Colocação”).

3.8.2 O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM nº 476/09, conforme previsto no Contrato de Colocação. Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (conforme definido abaixo), sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

3.8.3 Não obstante o disposto no item anterior, as Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado, entre Investidores Qualificados, conforme definição abaixo, depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM nº 476/09, e do cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas no artigo 17 da referida Instrução.



3.8.4 Para efeito do disposto no item anterior, consideram-se “Investidores Qualificados” aqueles definidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada (“Instrução CVM nº 409/04”), observado, para efeito do disposto na Instrução CVM nº 476/09 e na presente Escritura, que (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, mesmo que se destinem a investidores não-qualificados; (ii) fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos nesta Escritura; e (iii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM nº 409/04 deverão subscrever, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.8.5 Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta Restrita, sendo que o Coordenador Líder, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizará o plano de distribuição nos termos da Instrução CVM nº 476/09, tendo como público alvo Investidores Qualificados apenas.

3.8.6 Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures.

3.8.7 Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1 Valor Nominal Unitário

4.1.1.1 O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) na Data de Emissão, conforme definido abaixo (“Valor Nominal Unitário”).

4.1.2 Data de Emissão

4.1.2.1 Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 15 de agosto de 2014 (“Data de Emissão”).

7

duas



4.1.3 *Prazo e Data de Vencimento*

4.1.3.1 O vencimento das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de agosto de 2019, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado ou resgate total das Debêntures previstas nesta Escritura. Na ocasião do vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, conforme definido abaixo, devida, calculada na forma prevista nesta Escritura.

4.1.4 *Forma e Emissão de Certificados*

4.1.4.1 As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados.

4.1.5 *Comprovação de Titularidade das Debêntures*

4.1.5.1 A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP terão sua titularidade comprovada pelo extrato em nome dos Debenturistas emitido pela CETIP.

4.1.6 *Conversibilidade*

4.1.6.1 As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações da Emissora.

4.1.7 *Espécie*

4.1.7.1 As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei nº 6.404/76.

4.2 **Subscrição**

4.2.1 *Prazo de Subscrição*

8



4.2.1.1 As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, a partir da data de início da distribuição, observado o prazo de distribuição estabelecido no Contrato de Colocação.

4.2.2 *Preço de Subscrição*

4.2.2.1 O preço de subscrição das Debêntures será seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, conforme definido abaixo, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização.

4.3 **Integralização e Forma de Pagamento**

4.3.1 As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis da CETIP.

4.4 **Direito de Preferência**



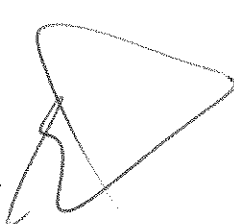


4.4.1 Não há direito de preferência na subscrição das Debêntures.

4.5 **Atualização do Valor Nominal Unitário**

4.5.1 Não haverá atualização do Valor Nominal Unitário das Debêntures.

4.6 **Remuneração**

4.6.1 As Debêntures farão jus a juros correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, *over* extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de *spread* ou sobretaxa de 2,15% (dois inteiros e quinze centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures desde a Data de Emissão ou das datas de pagamento imediatamente anteriores, a que ocorrer por último, até a data do seu efetivo pagamento, que deve ocorrer ao final de cada Período de Capitalização das Debêntures, conforme definido abaixo ("Remuneração").

9    
Bois  3 4



4.6.1.1 Define-se como “Período de Capitalização” o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de juros correspondente ao período. Cada Período de Capitalização das Debêntures sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.6.1.2 A Remuneração das Debêntures será paga semestralmente, no dia 15 dos meses de fevereiro e agosto, sendo que o primeiro pagamento da Remuneração das Debêntures será devido em 15 de agosto de 2015 e o último pagamento será devido na Data de Vencimento das Debêntures, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado ou resgate total das Debêntures previstas nesta Escritura.

4.6.2 A Remuneração das Debêntures deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{Fator de Juros} - 1), \text{ onde:}$$

“J” corresponde ao valor da Remuneração das Debêntures devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

“VNe” corresponde ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, no início de cada Período de Capitalização das Debêntures, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

“Fator de Juros”, Fator de Juros calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Fator de Juros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread}), \text{ onde:}$$

“FatorDI” corresponde ao produtório das Taxas DI-Over, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

10



$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

onde:

“k” corresponde ao número de ordem das Taxas DI-Over, variando de 1 até “n”;

“n” corresponde ao número total de Taxas DI-Over, consideradas em cada Período de Capitalização das Debêntures, sendo “n” um número inteiro;

“TDI_k” corresponde à Taxa DI-Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

“DI_k” corresponde à Taxa DI-Over, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

“FatorSpread” corresponde à sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{\text{DP}}{252}} \right] \right\}$$

onde:

“spread” é igual a 2,150 (dois inteiros e quinze centésimos);

“DP” é o número de Dias Úteis entre a Data de Emissão das Debêntures, no caso do primeiro Período de Capitalização das Debêntures, ou data de pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, no caso dos demais períodos de capitalização, e a data atual, sendo “DP” um número inteiro;

CARTÓRIO MARIANI	
DATA	REGISTRO
15 08 14	39 57 62
2º RTDPJ - RECIFE	
MICROFILMADO DIGITALIZADO	

4.6.2.1 O cálculo da Remuneração das Debêntures acima está sujeito às seguintes observações:

- (i) o fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (ii) efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (iii) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- (iv) o fator resultante da expressão $(FatorDI \times FatorSpread)$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e
- (v) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.6.2.2 Observado o quanto estabelecido no item 4.6.2.3 abaixo, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária relativas às Debêntures prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, para a apuração de TDI_k a última Taxa DI_k divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI_k que seria aplicável.

4.6.2.3 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar no primeiro Dia Útil subsequente ao prazo de 10 (dez) Dias Úteis acima ou à data de extinção, Assembleia Geral de Debenturistas para estes definirem, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro, serão utilizadas, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações relativas às Debêntures previstas nesta Escritura, a última Taxa DI_k divulgada oficialmente.



4.6.2.4 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, a referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI divulgada passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração das Debêntures, a partir da data de sua divulgação, não sendo devidas quaisquer compensações.

4.6.2.5 Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva, na assembleia realizada conforme o item 4.6.2.3 acima, entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, a Emissora deverá realizar o resgate antecipado e consequente cancelamento da totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário ainda não amortizado nos termos desta Escritura, acrescido da remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* nos termos desta Escritura. Nesta hipótese, para cálculo da remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas serão utilizadas as fórmulas do item 4.6.2 acima e a última Taxa DI divulgada oficialmente.

4.7 Repactuação

4.7.1 Não haverá repactuação das Debêntures.

4.8 Amortização Programada

4.8.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures na Data de Emissão será amortizado em 9 (nove) parcelas semestrais e consecutivas, a partir do 12º (décimo segundo) mês contado da Data de Emissão, ou seja, a partir de 15 de agosto de 2015, da seguinte forma:

Percentual de Amortização (em relação ao Valor Nominal Unitário na Data de Emissão)	Data de Pagamento
11,1111%	15/08/2015
11,1111%	15/02/2016
11,1111%	15/08/2016
11,1111%	15/02/2017

13

7

4

11,1111%	15/08/2017
11,1111%	15/02/2018
11,1111%	15/08/2018
11,1111%	15/02/2019
Saldo	15/08/2019

4.9 Condições de Pagamento

4.9.1 Local de Pagamento e Imunidade Tributária

4.9.1.1 Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas na CETIP, (a) na sede da Emissora ou (b) conforme o caso, pelo Banco Liquidante contratada para este fim.

4.9.1.2 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, deverá encaminhar ao Banco Liquidante, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor. Será de responsabilidade do Banco Liquidante a avaliação e validação da imunidade ou isenção tributária podendo, inclusive, solicitar documentos adicionais à comprovação de mencionada situação jurídica tributária. Desta forma, enquanto pendente o processo de avaliação não poderá ser imputada qualquer responsabilidade pelo não pagamento no prazo estabelecido através deste instrumento.

4.9.2 Prorrogação dos Prazos

4.9.2.1 Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro dia útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ou na Cidade de Recife, Estado de

CARTÓRIO MARIANI	
DATA	REGISTRO
15 08 14	39 57 62
2º RTDPJ - RECIFE	
MICROFILMADO DIGITALIZADO	

Pernambuco, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

4.9.3 Encargos Moratórios

4.9.3.1 Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impuntualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (“Encargos Moratórios”).

4.9.4 Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.9.4.1 Sem prejuízo do disposto no item 4.9.3.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

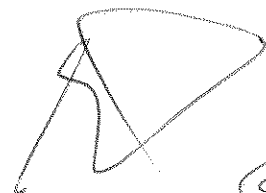
4.10 Publicidade

4.10.1 Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, na forma de aviso e quando exigido pela legislação, e no jornal “Diário de Pernambuco”, observado o estabelecido no artigo 289 da Lei nº 6.404/76 e as limitações impostas pela Instrução CVM nº 476/09 em relação à publicidade da oferta pública das Debêntures e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização.

4.11 Garantia Fidejussória



15



3

4

CARTÓRIO MARIANI	
DATA	REGISTRO
15 08 14	39 57 62
2º RTDPJ - RECIFE	
MICROFILMADO DIGITALIZADO	





4.11.1 Como garantia do fiel e pontual pagamento das Debêntures, os Fiadores prestam fiança ("Fiança") em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se como fiadores e principais responsáveis pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da presente Escritura, conforme os termos e condições abaixo delineados.

4.11.2 Os Fiadores declaram-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadores e principais pagadores, de forma solidária, do valor total da dívida da Emissora oriunda das Debêntures desta Emissão, nos termos da presente Escritura e em conformidade com o artigo 818 do Código Civil.

4.11.3 O valor da fiança ora prestada pelos Fiadores é limitado ao valor total das obrigações inerentes à Emissão garantidas pelos Fiadores, que inclui: (i) o Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios, calculados nos termos desta Escritura, bem como (ii) todos os acessórios ao principal, inclusive honorários do Agente Fiduciário e as despesas judiciais e verbas indenizatórias, quando houver ("Valor Garantido").

4.11.4 O Valor Garantido será pago pelos Fiadores, de forma solidária, podendo o Agente Fiduciário exigir o Valor Garantido de cada um ou de todos os Fiadores, resguardado o direito de regresso entre os Fiadores, em até 2 (dois) dias úteis contados da data do recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário aos Fiadores, exceto na hipótese de decretação de falência ou pedido de autofalência da Emissora; hipótese em que o valor será pago em até 1 (um) dia útil da referida notificação, em qualquer hipótese independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações sob as Debêntures. Tal notificação deverá ser imediatamente emitida pelo Agente Fiduciário após a ocorrência de falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido nas datas de pagamento definidas nesta Escritura ou quando do vencimento antecipado das Debêntures. O pagamento deverá ser realizado segundo os procedimentos estabelecidos nesta Escritura e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário. A fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva liquidação do Valor Garantido.

4.11.5 Os Fiadores expressamente renunciaram aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único,

CARTÓRIO MARIANI	
DATA	REGISTRO
15 08 14	39 57 62
2º RTDPJ - RECIFE	
MICROFILMADO DIGITALIZADO	

366, 821, 824, 827, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil e 77 e 595 do Código de Processo Civil.

4.11.6 Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pelos Fiadores com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

4.11.7 Os Fiadores sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a fiança objeto do presente item, até o limite da parcela da dívida efetivamente por eles honrada. Os Fiadores concordam e obrigam-se a somente exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor por eles desembolsado depois de terem os Debenturistas recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura.

4.11.7.1 Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui previsto.

4.11.8 A presente fiança entra em vigor da Data de Emissão e permanecerá válida em todos os seus termos, expirando, independentemente de notificação ao Agente Fiduciário, com o pagamento integral do Valor Garantido, sendo certo que somente a partir de tal data os Fiadores estarão desobrigados de efetuar qualquer pagamento relativo a esta Escritura.

4.11.9 Os Fiadores, desde já, reconhecem como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do pagamento integral do Valor Garantido.

5. DA AQUISIÇÃO FACULTATIVA, DO RESGATE ANTECIPADO E DO VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1 Aquisição Antecipada Facultativa

5.1.1 A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado Debêntures em circulação, conforme definido abaixo, por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário acrescido da respectiva Remuneração, observado o disposto no artigo 55, §3º, da Lei nº 6.404/76. As Debêntures objeto deste procedimento poderão (i) ser canceladas; (ii) permanecer em tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos deste

17

4



item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação.

5.1.2 Para efeito do disposto nesta Escritura, define-se como “Debêntures em circulação” todas as Debêntures subscritas, excluídas (i) aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora; e (ii), exclusivamente para os fins de realização de Assembleia Geral de Debenturistas, as de titularidade de (a) empresas controladas, direta ou indiretamente, pela Emissora; (b) acionistas controladores da Emissora; e (c) administradores da Emissora, incluindo cônjuges e parentes até 2º grau, as quais serão consideradas debêntures em mercado.

5.2 Oferta de Resgate Antecipado

5.2.1 A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures (“Oferta de Resgate Antecipado”), endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, com cópia para a CETIP e para o Banco Liquidante, assegurado a todos igualdade de condições para aceitar ou não o resgate das Debêntures de que forem titulares, da seguinte forma:

- (i) a Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de publicação do edital (“Edital”), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo (a) se o resgate será total ou parcial, (b) o valor do prêmio de resgate, se for o caso, (c) a data efetiva para o resgate e o pagamento das Debêntures a serem resgatadas, (d) forma de manifestação dos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado e o prazo para que eles se manifestem perante a Emissora, (e) se a Oferta de Resgate Antecipado está condicionada a aceitação de um percentual mínimo de Debenturistas e (f) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas e operacionalização do resgate das Debêntures;
- (ii) após a publicação do Edital, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado deverão se manifestar nesse sentido, de forma escrita, à Emissora, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado da data de publicação do Edital. Ao final deste prazo, a Emissora terá 2 (dois) Dias Úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, sendo certo que todas as Debêntures objeto do resgate antecipado serão resgatadas em uma única data. A CETIP deverá ser comunicada do resgate antecipado com pelo menos 2 (dois) Dias Úteis de



antecedência da sua realização, através de correspondência da Emissora com o de acordo do Agente Fiduciário;

- (iii) caso se verifique a adesão à Oferta de Resgate Antecipado parcial de Debenturistas representando um volume maior que as Debêntures que poderão ser resgatadas, com base no Edital, deverá ser realizado procedimento de sorteio, a ser coordenado pelo Agente Fiduciário, conforme previsto no artigo 55, §2º, da Lei das Sociedades por Ações;
- (iv) o valor pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado será equivalente ao saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures objeto do resgate, acrescido (a) da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, e (b) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora; e
- (v) com relação às Debêntures (a) que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, o resgate antecipado será realizado em conformidade com os procedimentos operacionais da CETIP, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação da quantidade de Debêntures a serem resgatadas antecipadamente serão realizadas fora do âmbito da CETIP; e (b) que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, será realizado em conformidade com os procedimentos operacionais do Escriturador Mandatário.

5.2.1.1 As Debêntures resgatadas pela Emissora nos termos aqui previstos deverão ser por ela canceladas.

5.2.1.2 Caso a Oferta de Resgate Antecipado não obtenha adesão da totalidade dos Debenturistas ou a adesão à Oferta de Resgate Antecipado parcial ocorra em volume maior que as Debêntures que poderão ser resgatadas, as Debêntures pertencentes aos titulares que não aderirem à Oferta de Resgate Antecipado não serão antecipadamente resgatadas e não sofrerão qualquer alteração em sua data de vencimento ou de pagamento da Remuneração.

5.2.2 Não haverá resgate antecipado facultativo da totalidade e/ou de parte das Debêntures.



5.3 Vencimento Antecipado

5.3.1 Vencimento Antecipado Automático

5.3.1.1 O Agente Fiduciário deverá, automaticamente, declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações da Emissora referentes às Debêntures e exigirá da Emissora, nos termos do item 5.3.8. desta Escritura, o pagamento do Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis* conforme o disposto nesta Escritura, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, na data em que tomar ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses (“Eventos de Vencimento Antecipado de Declaração Automática”):

- (i) provarem-se falsas quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora ou Fiadores no âmbito da Emissão;
- (ii) não pagamento pela Emissora das obrigações pecuniárias devidas aos Debenturistas na respectiva data de vencimento;
- (iii) inadimplemento, sem prejuízo dos prazos para seu saneamento previstos nos respectivos instrumentos, ou vencimento antecipado de quaisquer dívidas e/ou obrigações pecuniárias da Emissora, sua controladora ou de qualquer de suas coligadas ou controladas, ou dos Fiadores, em valor individual ou agregado superior a R\$7.000.000,00 (sete milhões de reais) sem a devida comprovação de cumprimento da obrigação considerada inadimplida;
- (iv) cisão, fusão, incorporação, inclusive incorporação de ações, da Emissora, sem o prévio consentimento dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, exceto se observado o disposto no artigo 231 da Lei nº 6.404/76;
- (v) ocorrência de qualquer alteração na composição societária da Emissora, ou qualquer alienação, cessão ou transferência, direta de ações do capital social da Emissora (que não contemplado na alínea (iv) acima), em qualquer operação isolada ou série de operações, que resultem na perda, pelo atual acionista controlador, do poder de



controle da Emissora, nos termos do artigo 116 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 sem o prévio consentimento dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;

- (vi) inadimplemento de quaisquer sentenças arbitrais definitivas ou judiciais com efeitos imediatos contra a Emissora ou os Fiadores que, em conjunto ou isoladamente resulte em obrigação de pagamento para a Emissora ou para os Fiadores, de valor unitário ou agregado superior a R\$7.000.000,00 (sete milhões de reais);
- (vii) extinção, liquidação, dissolução, insolvência, apresentação de proposta de recuperação judicial ou extrajudicial, de autofalência ou decretação de falência, ou, ainda, de qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei, requerido pela ou decretado contra a Emissora, sua controladora ou por qualquer de suas coligadas ou controladas, bem como contra os Fiadores, conforme aplicável;
- (viii) realização por qualquer autoridade governamental de ato com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades ou das ações do capital social da Emissora;
- (ix) não utilização, pela Emissora, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão estritamente nos termos da Cláusula 3.7 acima;
- (x) invalidade, nulidade ou inexecutabilidade desta Escritura;
- (xi) questionamento judicial, pela Emissora, sua controladora ou por qualquer de suas coligadas ou controladas, bem como pelos Fiadores, desta Escritura e/ou da garantia fidejussória prestada nos termos da Cláusula 4.11 acima;
- (xii) questionamento judicial, por qualquer pessoa não mencionada na alínea (xiv) acima, desta Escritura e/ou da garantia fidejussória prestada nos termos da Cláusula 4.11 acima, não sanado de forma definitiva no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data em que a Emissora e/ou os Fiadores tomar ciência do ajuizamento de tal questionamento judicial;
- (xiii) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 da Lei nº 6.404/76;



- (xiv) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora ou pelos Fiadores das obrigações a serem assumidas nesta Escritura, exceto se aprovado previamente pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
- (xv) realização de redução de capital social da Emissora, após a Data de Emissão, sem a prévia anuência de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
- (xvi) pagamento de dividendos, de juros sobre o capital próprio ou de qualquer outra participação no lucro prevista no Estatuto Social da Emissora, caso a Emissora esteja inadimplente com suas obrigações descritas nesta Escritura, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 Lei das Sociedades por Ações; e
- (xvii) demais hipóteses previstas em lei.

5.3.2 *Vencimento Antecipado Não Automático*

5.3.2.1 O Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas e comunicar a Emissora, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data em que houver tomado ciência de quaisquer dos eventos listados abaixo, para deliberar a respeito da eventual não declaração do vencimento antecipado de todas as obrigações da Emissora referentes às Debêntures ("Eventos de Vencimento Antecipado Não Automático"):

- (i) revelarem-se incorretas ou enganosas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora ou Fiadores no âmbito da Emissão;
- (iii) descumprimento, pela Emissora de quaisquer obrigações não pecuniárias previstas nesta Escritura, não sanadas no prazo de 15 (quinze) dias contados de seus descumprimento;
- (iv) protesto legítimo de títulos contra a Emissora ou os Fiadores, ainda que na condição de garantidores, com valor unitário ou agregado de, no mínimo, R\$7.000.000,00 (sete milhões de reais) que não seja sanado no prazo de 15 (quinze) dias, salvo se (a)



tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora ou Fiadores, (b) for cancelado ou tenha seus efeitos sustados por decisão judicial, ou, ainda, (c) forem prestadas pela Emissora ou pelos Fiadores e aceitas pelo Poder Judiciário, garantias em juízo;

- (v) propositura de execução judicial pelos órgãos governamentais, de multas ou exigências de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, para os quais a Emissora não tenha impetrado recurso de forma tempestiva e/ou haja provisão e/ou oferecimento de bens em garantia, em valor individual ou agregado superior a R\$7.000.000,00 (sete milhões de reais), ressalvados os processos que já estejam em andamento na Data de Emissão;
- (vi) alteração do objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora, que modifique substancialmente as atividades atualmente por ela praticadas;
- (vii) não observância dos índices definidos calculados de acordo com o Anexo I desta Escritura (“Índices Financeiros”); e
- (viii) caso a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures venham a infringir quaisquer contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, ou implique em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de quaisquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes nesta data; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos.

5.3.3 Para os fins de que trata esta Escritura, “Data de Vencimento Antecipado” será qualquer uma das seguintes datas:

- (i) a data de ocorrência dos Eventos de Vencimento Antecipado de Declaração Automática, previstos no item 5.3.1.1 acima, mesmo que a comunicação escrita, prevista no item 5.3.5 abaixo, seja recebida pela Emissora posteriormente, sendo certo que nessas hipóteses, o vencimento antecipado das Debêntures será declarado automaticamente pelo Agente Fiduciário; e
- (ii) ocorrendo qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado Não Automáticos, previstos no item 5.3.2.1 acima, será a data em que se realizar a Assembleia Geral



de Debenturistas de que trata o item 5.3.2.1 acima, na qual os Debenturistas não tenham deliberado pela não declaração de vencimento antecipado das Debêntures ou, no caso previsto no item 5.3.4 abaixo, será a data marcada para a realização da Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação na qual o quorum mínimo de instalação não tenha sido alcançado.

5.3.4 Caso a Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 5.3.2.1 acima não seja instalada por falta de quorum, em primeira e segunda convocação, o Agente Fiduciário deverá declarar o Vencimento Antecipado das Debêntures.

5.3.5 Após a realização da Assembleia Geral de Debenturistas prevista no item 5.3.3. anterior, o Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura, a menos que o quorum de titulares que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação aprove a não declaração do Vencimento Antecipado das Debêntures.

5.3.6 O Agente Fiduciário deverá comunicar, por escrito, nos termos da Cláusula 11.1 desta Escritura, eventual Vencimento Antecipado das Debêntures à Emissora, à CETIP e ao Escriturador Mandatário, no prazo máximo de 1 (um) dia útil contado (i) de sua ciência da ocorrência de uma das hipóteses de Evento de Vencimento Antecipado de Declaração Automática; (ii) da realização da Assembleia Geral de Debenturistas na qual não foi aprovada a não declaração de vencimento antecipado das Debêntures; ou (iii) da data marcada para a realização da Assembleia de Debenturistas em segunda convocação, cujo quorum mínimo de instalação não tenha sido alcançado.

5.3.7 Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora se obriga a resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com o seu consequente cancelamento, obrigando-se a pagar o saldo do Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data da declaração do vencimento antecipado.

5.3.8 Caso a Emissora não proceda ao resgate das Debêntures na forma estipulada no item anterior, além da Remuneração devida, os Encargos Moratórios serão acrescidos ao



Valor Nominal Unitário das Debêntures, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento.

6. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

6.1 A Emissora adicionalmente se obriga a:

- (i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
 - (a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou na data de sua publicação, o que ocorrer primeiro, (1) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes; (2) declaração do Diretor Presidente de que a Emissora está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura; e (3) relatório contendo memória de cálculo detalhada para acompanhamento dos Índices Financeiros para o respectivo exercício, compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção destes e assinado por representante legal da Emissora;
 - (b) dentro de 5 (cinco) dias úteis, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada exclusivamente para o fim de proteção dos interesses dos Debenturistas, permitindo que o Agente Fiduciário (ou o auditor independente contratado pelo Agente Fiduciário às expensas da Emissora), através de seus representantes legalmente constituídos e previamente indicados, tenha acesso aos seus livros e registros contábeis, bem como, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data da solicitação, a qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada;
 - (c) dentro de 30 (trinta) dias corridos após sua realização, (1) notificação da convocação, se houver, de qualquer Assembleia Geral de Acionistas ou Reunião do Conselho de Administração, Diretoria e do Conselho Fiscal, se instalado, da Emissora, incluindo a data da Assembleia ou reunião e a ordem do dia; e (2) cópias das atas de todas as Assembleias Gerais de Acionistas e Reuniões do Conselho de Administração da Emissora;



- (d) cópia de qualquer notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora envolvendo procedimento de valor equivalente a, no mínimo, R\$7.000.000,00 (sete milhões de reais), em até 5 (cinco) dias úteis de seu recebimento;
- (e) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados no item 5.3.1 acima no prazo de até 1 (um) dias úteis após a sua ocorrência;
- (f) uma via original desta Escritura e de eventuais aditamentos devidamente arquivadas na JUCEPE em até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do seu arquivamento;
- (g) sem prejuízo do disposto no item 7.3., alínea (v), desta Escritura, uma via original desta Escritura, devidamente arquivada nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades de Recife, Estado de Pernambuco, e do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em até 5 (cinco) dias úteis após tal registro; e
- (h) cópia da AGE, devidamente arquivada na JUCEPE, em até 2 (dois) dias úteis, contados da data do seu arquivamento.
- (ii) sem prejuízo do disposto no item 7.3, alínea (v), desta Escritura, protocolar o pedido de arquivamento desta Escritura e de eventuais aditamentos na JUCEPE, em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da respectiva data de assinatura;
- (iii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor;
- (iv) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (v) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da cláusula 8 desta Escritura, caso o Agente Fiduciário não o faça;



- (vi) cumprir todas as determinações da CVM, enviando documentos exigidos por todas as leis e regulamentos aplicáveis e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (vii) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, os Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (viii) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (ix) cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis ao exercício de suas atividades em qualquer jurisdição na qual realizar negócios ou possua ativos;
- (x) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor, todas as licenças, concessões, autorizações, permissões e alvarás, inclusive ambientais, aplicáveis ao exercício de suas atividades;
- (xi) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à celebração desta Escritura e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas;
- (xii) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora;
- (xiii) não pagar dividendos, ressalvado o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, juros sobre capital próprio, nem qualquer outra participação estatutariamente prevista, se estiver em mora, relativamente ao cumprimento de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, cessando tal proibição tão logo seja purgada a mora;
- (xiv) manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes;
- (xv) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas na CETIP;



- (xvi) arcar com todos os custos (a) decorrentes da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (c) de contratação do Agente Fiduciário, do Escriturador Mandatário e do Banco Liquidante;
- (xvii) cumprir as obrigações estabelecidas no artigo 17 da Instrução CVM nº 476/09, quais sejam:
- (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei nº 6.404/76, e com as regras emitidas pela CVM;
 - (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
 - (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
 - (d) manter os documentos mencionados no subitem (iii) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
 - (e) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
 - (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM nº 358/02, comunicando este fato imediatamente ao Coordenador Líder; e
 - (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM.
- (xviii) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Escriturador Mandatário e Banco Liquidante, a CETIP e o Agente Fiduciário;



- (xix) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário, desde que previamente aprovadas, por escrito, pela Emissora, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios (devidos apenas na hipótese de cobrança judicial da dívida) e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida ao Debenturista nos termos desta Escritura;
- (xx) rigoroso cumprimento pela Emissora da legislação ambiental e trabalhista em vigor, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ao meio ambiente e a seus trabalhadores decorrentes das atividades descritas em seu objeto social. Obriga-se, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para a atividade da espécie, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos Municipais, Estaduais e Federais, que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
- (xxi) não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- (xxii) manter os Índices Financeiros de acordo com o Anexo I desta Escritura; e
- (xxiii) comunicar imediatamente os Coordenadores qualquer alteração relevante em sua condição financeira, societária e/ou operacional que possa afetar a decisão, por parte dos investidores, de adquirir as Debêntures.

6.2 As despesas a que se refere a alínea (xvii) do item 6.1. acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (i) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (ii) extração de certidões;
- (iii) despesas de viagem, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário e forem antecipadamente aprovadas pela Emissora, sendo que os valores relativos a essas despesas estarão limitados àqueles usualmente incorridos



pela Emissora em relação aos seus próprios empregados, para suas viagens e hospedagem; e

- (iv) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que venham a ser comprovadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas, previamente aprovados pela Emissora.

7. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1 O Agente Fiduciário é nomeado como agente fiduciário desta Emissão e expressamente a aceita para, nos termos da legislação e da presente Escritura, representar a comunhão de Debenturistas perante a Emissora.

7.2 Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

7.2.1 Na hipótese de a convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término do prazo referido no item 7.2 acima, caberá à Emissora efetuar-la.

7.2.2 A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

7.2.3 Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente este fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

7.2.4 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em Assembleia especialmente convocada para esse fim.

30



7.2.5 A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, e eventuais normas posteriores (“Instrução CVM nº 28/83”).

7.2.6 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCEPE, onde será inscrita a presente Escritura.

7.2.7 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

7.2.8 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

7.3 Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura



neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

- (vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (viii) verificar a regularidade da constituição da garantia fidejussória, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (ix) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, observado critério de razoabilidade, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
- (x) intimar a Emissora a reforçar a garantia dada, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;
- (xi) solicitar, desde que comprovadamente necessário, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório detalhado que fundamente e comprovadamente justifique a necessidade de realização da referida auditoria, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (xii) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, na forma do item 4.10 acima.;
- (xiii) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, e enviar à CETIP, no mesmo dia da Assembleia Geral de Debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da referida Assembleia;
- (xiv) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, alínea b, da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:



- (a) eventual omissão ou inveracidade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) amortização do Valor Nominal Unitário e pagamento de Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
 - (h) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
 - (i) declaração acerca da suficiência e exequibilidade da garantia fidejussória das Debêntures;
- (xv) colocar o relatório de que trata o item acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- (a) na sede da Emissora;
 - (b) no seu escritório ou em local indicado pelo Agente Fiduciário;
 - (c) na CETIP
 - (d) na CVM; e

CARTÓRIO MARIANI	
DATA	REGISTRO
15 08 14	39 57 62
2º RTDPJ - RECIFE	
MICROFILMADO DIGITALIZADO	

- (e) na sede do Coordenador Líder, na hipótese de o prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo de distribuição das Debêntures;
- (xvi) enviar comunicado aos Debenturistas de que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item acima;
- (xvii) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestão de informações junto à Emissora, à Banco Liquidante e à CETIP;
- (xviii) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas parcialmente ou amortizadas antecipadamente, se for o caso;
- (xix) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer; e
- (xx) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados mais esclarecimentos, enviando comunicação de igual teor à CVM e à CETIP.

7.4 O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios nas condições especificadas;
- (ii) requerer a falência da Emissora;
- (iii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora.



7.5 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas no item 7.4 (i) a (iii) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos Debenturistas em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto no item 7.4 (iv) acima.

7.6 Será devido ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura, a seguinte remuneração:

- (i) parcelas semestrais de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) devida a primeira 5 (cinco) dias após a data de assinatura da Escritura e as demais nas mesmas datas dos semestres subsequentes;
- (ii) serão devidas parcelas semestrais até a liquidação integral das debêntures, caso estas não sejam quitadas na data de seu vencimento. Em tais hipóteses, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus;
- (iii) as parcelas referidas acima serão atualizadas anualmente pela variação acumulada do IGP-M ou, na sua falta, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data de assinatura desta Escritura, até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas *pro-rata die*;
- (iv) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento).
- (v) as parcelas serão acrescidas de (a) Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS) (b) Programa de Integração Social (PIS); (c) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e (d) quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento;



- (vi) no caso de inadimplemento da Emissora ou de reestruturação das condições das debêntures após a emissão ou de atendimento a solicitações extraordinárias, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado à (a) execução das garantias, (b) comparecimento em reuniões formais ou participação em ou conferências telefônicas com a Emissora e/ou com Debenturistas; (c) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das debêntures os eventos relacionados a alteração (a) das garantias, (b) prazos de pagamento e (c) condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados a amortização das debêntures não são considerados reestruturação das debêntures;
- (vii) no caso de celebração de aditamentos a Escritura e aos contratos de garantia da emissão, serão devidas a Oliveira Trust, adicionalmente, o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações;
- (viii) no caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos.

7.6.1 O Agente Fiduciário será reembolsado pela Emissora por todas as despesas razoáveis que comprovadamente venha a incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, no prazo de até 10 (dez) dias contados da entrega dos documentos comprobatórios, incluindo:

CARTÓRIO MARIANI	
DATA	REGISTRO
15 08 14	39 57 62
2º RTDPJ - RECIFE	
MICROFILMADO DIGITALIZADO	

- (i) publicação de relatórios, editais de convocação, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (ii) locomoções dentro e entre Estados da Federação e respectivas hospedagens e alimentações, quando necessárias ao desempenho das funções, desde que as despesas sejam razoáveis e comprovadas; e
- (iii) extração de certidões e eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

7.6.2 O Agente Fiduciário poderá, em caso de inadimplência da Emissora no pagamento das despesas a que se refere os incisos acima por um período superior a 30 (trinta) dias, solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora, sendo que as despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, (a) incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas bem como sua remuneração; e (b) excluem os Debenturistas impedidos por lei a fazê-lo, devendo os demais Debenturistas ratear as despesas na proporção de seus créditos, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos Debenturistas que efetuaram o rateio em proporção superior à proporção de seus créditos, quando de eventual recebimento de recursos por aqueles Debenturistas que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação.

7.6.3 O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma prevista no item 7.6.2 acima será acrescido à dívida da Emissora, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento.



7.6.4 Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures em circulação, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus.

7.6.5 O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente que será indicada pelo Agente Fiduciário à Emissora com no mínimo 5 (cinco) dias úteis de antecedência à data do pagamento.

7.6.6 Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, ao agente fiduciário substituto, como forma de remuneração dos serviços a serem por ele prestados. O agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração devida ao Agente Fiduciário, calculada proporcionalmente ao tempo de prestação de serviço restante, exceto se deliberado de forma diversa pela Assembleia Geral de Debenturistas e com anuência da Emissora.

8. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas (Assembleia Geral de Debenturistas).

8.2 Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76 sobre Assembleia Geral de Acionistas.

8.3 A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação; ou (iv) pela CVM.

8.4 A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.



8.5 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais dos Debenturistas.

8.6 O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

8.7 A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

8.8 Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas por Debenturistas representando 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, exceto quando de outra forma prevista nesta Escritura e nas hipóteses de proposta pela Emissora de alteração (a) das disposições desta Cláusula, (b) de prazos, valor e forma de remuneração das Debêntures, (b) de qualquer dos quoruns previstos nesta Escritura, (c) do prazo de vigência das Debêntures, (d) da espécie das Debêntures, (e) da garantia fidejussória constituída nesta Escritura, (f) das disposições relativas a resgate antecipado das Debêntures, (g) amortização e/ou resgate ou das hipóteses de vencimento antecipado e (h) da redação de qualquer Evento de Vencimento Antecipado, que dependerão da aprovação de Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

8.8.1 A alteração dos quoruns qualificados previstos na presente Escritura dependerão da aprovação da totalidade das Debêntures em circulação.

8.9 As Debêntures mantidas em tesouraria pela Emissora não votam em Assembleia Geral de Debenturistas.

9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1 O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora que:

- (i) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (ii) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;



- (iii) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (iv) as pessoas que o representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- (v) sob as penas da lei, não ter nenhum impedimento legal, conforme definido no artigo 66, §3º, da Lei 6.404/76, e no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83, para exercer a função que lhe é conferida;
- (vi) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação e regulamentação específica e nesta Escritura;
- (vii) aceita integralmente esta Escritura, suas cláusulas e condições;
- (viii) está devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (ix) verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento, sendo certo que a Fiança é constituída mediante a assinatura do presente instrumento e sua oponibilidade perante terceiros encontra-se condicionada aos registros previstos na cláusula 2.1.5.1 acima;
- (x) não possui qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (xi) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesses previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83; e
- (xii) na data de assinatura da presente Escritura, presta serviços de agente fiduciário na 1ª emissão pública de debêntures simples da Emissora, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória prestada por Romildo Tavares de Melo, Terezinha Tavares da Costa Carvalho, Virgílio Tavares de Melo e sua cónjuge, Lucia Moreira Tavares de Melo, emitida em 23 de junho de 2010, em série única, no volume total de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais),



mediante a emissão de 60 debêntures, com vencimento em 23 de junho de 2015, cujos pagamentos de juros e amortização ocorrem anualmente, no dia 23 de junho.

10. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DOS FIADORES

10.1 A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário que:

- (i) é companhia fechada validamente constituída e existente, em situação regular, segundo as leis da República Federativa do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir todas as obrigações nela previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (iv) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (v) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- (vi) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, regulamentar, ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora, contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de quaisquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes nesta data; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (vii) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas são verdadeiros, consistentes, precisos, completos, corretos e suficientes, estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre as Debêntures;



- (viii) as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora naquelas datas e para aqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- (ix) está em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- (x) possui válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as licenças, concessões, autorizações, permissões e alvarás, inclusive ambientais, aplicáveis ao exercício de suas atividades;
- (xi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da Escritura na JUCEPE, seu registro em Cartório de Títulos e Documentos nos termos previstos nesta Escritura e o registro das debêntures na CETIP;
- (xii) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções em relação a esta Emissão;
- (xiii) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei nº 6.404/76 e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (xiv) manterá os seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes de mercado;
- (xv) não há, na data de assinatura desta Escritura, e que seja de seu conhecimento, outros processos administrativos e judiciais em que a Emissora seja parte além daqueles apresentados em relação de processos sob a forma de planilha contendo seus principais dados; e



- (xvi) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, relevantes à condução de seus negócios.

10.2 Os Fiadores declaram e garantem ao Agente Fiduciário que:

- (i) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelos Fiadores;
- (ii) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, regulamentar, ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete os Fiadores, contratos ou instrumentos dos quais os Fiadores sejam parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de quaisquer ônus sobre qualquer ativo ou bem dos Fiadores, exceto por aqueles já existentes nesta data; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (iii) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação é exigido para o cumprimento, pelos Fiadores, de suas obrigações nos termos desta Escritura; e
- (iv) as obrigações assumidas na Fiança constituem obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora e dos Fiadores, exequível de acordo com os seus termos e condições, nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil.

10.3 A Emissora e os Fiadores, conforme o caso, se comprometem a notificar imediatamente os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

- (i) Para a Emissora:



Empresa Brasileira de Bebidas e Alimentos S.A.

Avenida Consul Joseph Noujaim, 40, Pina, 51110-150 – Recife – PE

At.: Rafael Trindade e Pedro Magalhães

Telefone: (81) 2121-2917

Email: rafael.trindade@ebba.com.br e pedro.magalhaes@ebba.com.br

(ii) Para o Agente Fiduciário:

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida das Américas, 500, bloco 13, sala 205, 22640-100 – Rio de Janeiro – RJ

At.: Antonio Amaro e Monique Garcia

Telefone: (21) 3514-0000

Fax: (21) 3514-0099

e-mail: ger3.agente@oliveiratrust.com.br e antonio.amaro@oliveiratrust.com.br

(iii) Para os Fiadores:

Sr. Romildo Tavares de Melo

Avenida Boa Viagem, 2.820, apto 301, Recife/PE

Email: Romildo.tavares@tavaresdemelo.com.br

Sr. Marcos Tavares Costa Carvalho

Avenida Dezanete de Agosto, 976, apto 1801, Recife/PE

Email: marcos.tavares@tavaresdemelo.com.br

Sr. Eduardo Moreira Tavares de Melo

Avenida Boa Viagem, 2.454, apto 401, Recife/PE

Email: Eduardo.tavares@tavaresdemelo.com.br

(iv) Para o Escriturador Mandatário e Banco Liquidante

Rua Ururai, n.º 111 – Bloco B – Térreo

Tatuapé, CEP 03084-010 - São Paulo – SP

At.: Sr. Luiz Petito

Telefone: (11) 2797-4441

Fax: (11) 2797-3140

Correio eletrônico: luiz.petito@itau-unibanco.com.br



(v) Para a CETIP:

CETIP S.A – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida República do Chile, 230, 11º andar

20031-170 – Rio de Janeiro – RJ

Telefone: (21) 2276-7474

Fax: (21) 2252-4308/2262-5481

E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

ou

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano

01452-001 – São Paulo – SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

11.1.2 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas, sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio, ou, ainda, por telegrama enviado aos endereços acima.

11.1.3 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada a todas as partes pela Emissora, aplicando-se a mesma regra para as demais partes mencionadas no presente instrumento no que se refere à obrigação de comunicarem a Emissora.

11.2 Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, entende-se por “dia útil” qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados nas Cidades de São Paulo e Recife, simultânea ou isoladamente. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de “dia útil”, entende-se que o prazo será contado em dias corridos.

11.3 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como



renúncia a ele, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.4 Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

11.5 Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

11.6 Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

11.7 Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e seus sucessores.

12. FORO

12.1 Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 6 (seis) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Recife, 4 de agosto de 2014.

(assinaturas nas páginas seguintes)



CARTÓRIO MARIANI	
DATA	REGISTRO
15 08 14	39 57 62
2º RTDPJ - RECIFE	
MICROFILMADO DIGITALIZADO	

(página de assinatura 1/4 da "Escritura Particular da 2ª Emissão de ~~Debêntures Simples~~, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, nos Termos da Instrução CVM nº 476/09, da Empresa Brasileira de Bebidas e Alimentos S.A." celebrada entre Empresa Brasileira de Bebidas e Alimentos S.A. e Oliveira Trust DTVM S.A., com a interveniência e anuência de Romildo Tavares de Melo, Marcos Tavares Costa Carvalho, Eduardo Moreira Tavares de Melo e Lais Saboya Lopes Tavares De Melo em 4 de agosto de 2014)

EMPRESA BRASILEIRA DE BEBIDAS E ALIMENTOS S.A.

Nome: JOÃO CASTANO DE MELLO NETO
Cargo: DIRETOR PRESIDENTE

Nome: PEDRO LOELHO DE MACALHÃES
Cargo: DIRETOR FINANCEIRO

	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
	CERTIFICO O REGISTRO EM: 15/08/2014
	SOB Nº: ED001260001
	Protocolo: 14/841407-9
Empresa: 26 3 0000999 4	
EMPRESA BRASILEIRA DE BEBIDAS E ALIMENTOS S/A	
	 ALEXANDRE JOSÉ DE SOUZA BRITTO SECRETARIO-GERAL



(página de assinatura 2/4 da "Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, nos Termos da Instrução CVM nº 476/09, da Empresa Brasileira de Bebidas e Alimentos S.A." celebrada entre Empresa Brasileira de Bebidas e Alimentos S.A. e Oliveira Trust DTVM S.A., com a interveniência e anuência de Romildo Tavares de Melo, Marcos Tavares Costa Carvalho, Eduardo Moreira Tavares de Melo e Lais Saboya Lopes Tavares De Melo em 4 de agosto de 2014)

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Nome:

Cargo:

HENRIQUE BRETAS DE NORONHA JUNIOR
PROCURADOR

Nome:

Cargo:

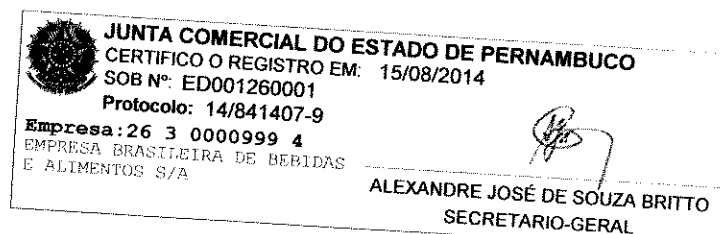
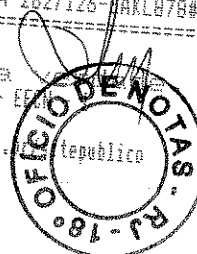
MONIQUE DA SILVA GARCIA
PROCURADORA

18º Ofício de Notas - Titular Luis Vitoriano Vieira Teixeira
Av. das Americas 700, Bl 8 Lj 212 B,C,D e E - RJ - Tel. 2493-1320 - Nº 1201137
Reconheço por semelhança a(s) firma(s): HENRIQUE BRETAS DE NORONHA J#
UNIOR-282/126-EAKL87879&RMK, MONIQUE DA SILVA GARCIA-282/126-EAKL878#-
BO&HCD, #=====

Rio de Janeiro, 6 de Agosto de 2014 as 11:29:08

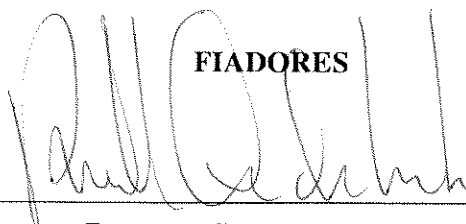
2- Em Testemunho

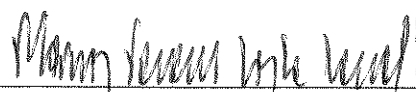
SIMONE FERNANDES DE SANTANA BITTENCOURT - Autorizada - EPP
Firma: 4,20 + FET3 0,84 + Fundos 0,66 = R\$.11,40
EAKL87879 RMK EAKL87880 NCD Consulte em <https://www3.tjrj.jus>.

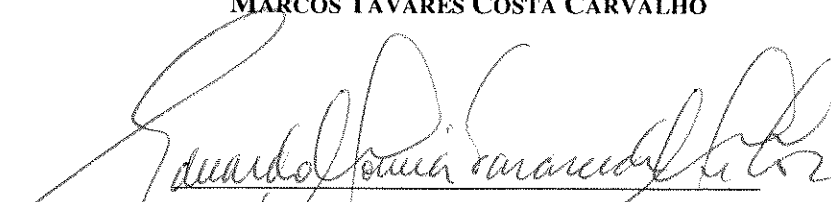




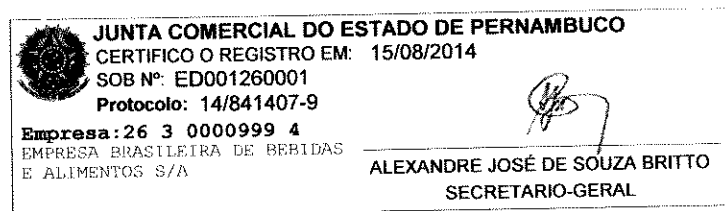
(página de assinatura 3/4 da "Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, nos Termos da Instrução CVM nº 476/09, da Empresa Brasileira de Bebidas e Alimentos S.A." celebrada entre Empresa Brasileira de Bebidas e Alimentos S.A. e Oliveira Trust DTVM S.A., com a interveniência e anuência de Romildo Tavares de Melo, Marcos Tavares Costa Carvalho, Eduardo Moreira Tavares de Melo e Lais Saboya Lopes Tavares De Melo em 4 de agosto de 2014)


FIADORES
ROMILDO TAVARES DE MELO


MARCOS TAVARES COSTA CARVALHO


EDUARDO MOREIRA TAVARES DE MELO


LAIS SABOYA LOPES TAVARES DE MELO



CARTÓRIO MARIANI	
DATA	REGISTRO
15 08 14	39 57 62
2º RTDPJ - RECIFE	
MICROFILMADO DIGITALIZADO	

(página de assinatura 4/4 da "Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, nos Termos da Instrução CVM nº 476/09, da Empresa Brasileira de Bebidas e Alimentos S.A." celebrada entre Empresa Brasileira de Bebidas e Alimentos S.A. e Oliveira Trust DTVM S.A., com a interveniência e anuência de Romildo Tavares de Melo, Marcos Tavares Costa Carvalho, Eduardo Moreira Tavares de Melo e Lais Saboya Lopes Tavares De Melo em 4 de agosto de 2014)



Testemunhas:

1.

Nome: JOSÉ DELFINO GAMBARRA FILHO
RG.: 2343640-55PI/PE

2.

Nome:
RG:

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO	
CERTIFICO O REGISTRO EM: 15/08/2014	
SOB Nº: ED001260001	
Protocolo: 14/841407-9	
 <p>Empresa: 26 3 0000999 4 EMPRESA BRASILEIRA DE BEBIDAS E ALIMENTOS S/A</p>	 ALEXANDRE JOSÉ DE SOUZA BRITTO SECRETARIO-GERAL



Este Anexo é parte integrante da "Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, nos Termos da Instrução CVM nº 476/09, da Empresa Brasileira de Bebidas e Alimentos S.A." celebrada entre Empresa Brasileira de Bebidas e Alimentos S.A. e Oliveira Trust DTVM S.A., com a interveniência e anuência de Romildo Tavares de Melo, Marcos Tavares Costa Carvalho, Eduardo Moreira Tavares de Melo e Lais Saboya Lopes Tavares De Melo em 4 de agosto de 2014.

ANEXO I ÍNDICES FINANCEIROS

1. Os seguintes Índices Financeiros deverão ser calculados pela Emissora e verificados pelo Agente Fiduciário anualmente, nos termos da cláusula 6.1 (i) (a) acima, com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Emissora, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento das respectivas demonstrações financeiras pelo Agente Fiduciário, até a Data de Vencimento:

- (i) a razão entre as contas de Dívida Líquida e EBITDA, não poderá ser superior a 4,5, para o exercício encerrado em dezembro de 2014; 4,3, para o exercício encerrado em dezembro de 2015; 4,0, para o exercício encerrado em dezembro de 2016; 3,5, para o exercício encerrado em dezembro de 2017 e 3,5, para o exercício encerrado em dezembro de 2018; e
- (ii) a razão entre as contas EBITDA e Despesa Financeira Líquida, não poderá ser inferior a 2,0x, para o exercício encerrado em dezembro de 2014; 2,0, para o exercício encerrado em dezembro de 2015; 2,1, para o exercício encerrado em dezembro de 2016; 2,2, para o exercício encerrado em dezembro de 2017 e 2,2, para o exercício encerrado em dezembro de 2018.

2. Define-se:

Dívida	Soma dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, incluídos os títulos descontados com regresso, as fianças e avais prestados em benefício de terceiros, arrendamento mercantil /
--------	--



	<i>leasing</i> financeiro e os títulos de renda fixa não conversíveis frutos de emissão pública ou privada, nos mercados local ou internacional. Inclui também os passivos decorrentes de instrumentos financeiros (derivativos).
Dívida Líquida	Valor da Dívida menos as disponibilidades em caixa, aplicações financeiras e ativos decorrentes de instrumentos financeiros (derivativos).
EBITDA	Resultado relativo aos 12 meses anteriores à data de apuração, antes do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, do resultado financeiro, do Resultado Não Operacional, da equivalência patrimonial e da participação de acionistas minoritários. Entendem-se como Resultado Não Operacional: venda de ativos; provisões / reversões de contingências sem efeito caixa no curto prazo; <i>impairment</i> e despesas pontuais de reestruturação.
Despesas Financeiras	Somatório, relativo aos 12 meses anteriores à data de apuração, dos juros sobre dívidas financeiras, mútuos, títulos e valores mobiliários, deságio na cessão de direitos creditórios, custos de estruturação de operações bancárias ou de mercado de capitais, variações monetárias e cambiais passivas, despesas relacionadas a descontos concedidos, despesas relacionadas a <i>hedge</i> /derivativos, excluindo juros sobre capital próprio.
Receitas Financeiras	Somatório, relativo aos 12 meses anteriores à data de apuração, dos juros sobre aplicações financeiras, sobre empréstimos e mútuos ativos, variações monetárias e cambiais ativas, receitas relacionadas a descontos obtidos e receitas relacionadas a <i>hedge</i> /derivativos.
Despesas Financeiras Líquidas	Total das Despesas Financeiras menos total das Receitas Financeiras, conforme definições acima.

3. Caso haja mudança na legislação e/ou regulamentação que acarrete alteração nos critérios de contabilização da Emissora e que venha a impactar o cálculo dos Índices Financeiros, a Emissora e os Debenturistas que representem, em conjunto, mais de 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, de comum acordo, deverão escolher um auditor

CARTÓRIO MARIANI	
DATA	REGISTRO
15 08 14	395762
2º RTDPJ - RECIFE	
MICROFILMADO DIGITALIZADO	

independente de primeira linha para calcular novos Índices Financeiros equivalentes aos estabelecidos nesta Escritura.

[Handwritten signatures and initials]



2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua do Imperador D. Pedro II, 370 - B. Santo Antônio - Recife (PE) - CEP: 50010-240
Fone: (81) 3424-1516 - www.rtdrecife.com.br

CARTÓRIO MARIANI

APRESENTADO HOJE, PROTOCOLADO E REGISTRADO
SOB O Nº 395762 - RECIFE/PE, 15 DE AGOSTO DE 2014
EMOLUMENTOS R\$ 3.398,77 TSNR R\$ 1.749,40 FERC R\$ 377,40
APOSTO SELO ACL043079 NA 1ª VIA. CERTIFICO E DOU

2º RTDREG. TÍTULOS E DOCUMENTOS
Zuleide Coelho F. de Oliveira
Oficial de Registro Substituta



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO

CERTIFICO O REGISTRO EM: 15/08/2014

SOB Nº: ED001260001

Protocolo: 14/841407-9

Empresa: 26 3 0000999 4
EMPRESA BRASILEIRA DE BEBIDAS
E ALIMENTOS S/A

[Handwritten signature]
ALEXANDRE JOSÉ DE SOUZA BRITTO
SECRETARIO-GERAL